

Juros reais podem forçar novos cortes

O governo terá de reduzir drasticamente suas despesas (muito mais do que já está aprovado no Orçamento Geral da União para 89), no caso de prevalecer como conceito de juro real tudo aquilo acima da correção monetária. É esta a conclusão dos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em **BRASÍLIA**. Há cerca de uma semana eles elaboram estudos sobre os reflexos do tabelamento dos juros em 12% ao ano, instituído pela nova Constituição, ainda na dependência de uma lei complementar para entrar em vigor.

De acordo com os técnicos da STN, caso a política monetária executada pelo Banco Central, através da venda de títulos públicos, fique amarrada a taxas de 12% ao ano, sairá enfraquecida, com recursos insuficientes para financiar o déficit público, porque os títulos serão desvalorizados no mercado. É impossível, por exemplo, captar os recursos necessários através da venda de títulos, para cobrir as despesas previstas no orçamento do próximo ano. Ou o governo corta investimentos e gastos programados, ou o Banco Central terá de emitir moeda para arcar com estas despesas, segundo uma das fontes da STN.

Embora na STN prevaleça mais tranqüilidade do que no Banco Central com a iminência da entrada em vigor do tabelamento dos juros, em um ponto básico convergem as opiniões dos técnicos dos dois órgãos do governo: para o sistema de tabelamento de juros funcionar

sem implicações graves, como a dificuldade de execução de política monetária e distorções na distribuição de crédito à produção, teria de ser alterada toda a política econômica do governo, com mudanças radicais nas políticas fiscal e tributária.

O Banco Central, principal atingido pelo tabelamento dos juros, pois executa uma política monetária com o objetivo de elevar os juros de mercado para restringir o consumo, luta para conseguir dos parlamentares responsáveis pela lei complementar, um "afrouxamento" das restrições impostas aos ganhos das instituições financeiras. Já a STN não é atingida diretamente pelo tabelamento, porque tem a garantia de cobertura (compra), pelo Banco Central, dos títulos emitidos para financiar o Tesouro, ou de recursos oriundos da emissão de moeda para manter seu caixa abastecido.

MAIS CRÍTICAS

O deputado Francisco Dornelles ao receber ontem, no Rio, o prêmio "Octávio Gouvêa de Bulhões", do Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais, voltou a criticar o tabelamento dos juros pela nova Constituição. "Isto é ridículo", disse o deputado aos empresários, durante almoço em sua homenagem.

Dornelles elogiou a Constituição por ser "liberal" quando garante "a cada cidadão o direito de exercer qualquer atividade econômica independentemente da autorização do Estado" e foi aplaudido por pregar a desestatização da economia.